



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF

ESCLARECIMENTOS AO QUESTIONAMENTO E ÀS IMPUGNAÇÕES FEITO À LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 055/2012

QUESTIONAMENTO:

Com relação ao item 6.7.3. Qualificação Técnica - quantitativos dos itens a serem atestados volumes em metro cúbico.

Resposta: Os quantitativos de cada um dos itens permanecerão os mesmos, exceto o item referente à Escavação carga e transporte de material de 1ª categoria, com volume erroneamente publicado de 260.000,00m³, que corretamente foi corrigido e publicado no D.O.U. desta data, com volume de 26.000,00m³. A modificação não implica na apresentação da proposta financeira.

Com relação aos quadros a serem preenchidos.

Resposta: Os quadros faltantes estão disponíveis no Site da Codevasf: DFL e também Cronograma físico-financeiro.

Quanto ao Anexo II MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

Resposta: Mesmo não tendo sido exigido, como consta no edital como modelo, poderá normalmente ser preenchido.

DAS IMPUGNAÇÕES:

RESPOSTA: Encaminhamos arquivos digitais disponíveis no nosso site institucional.

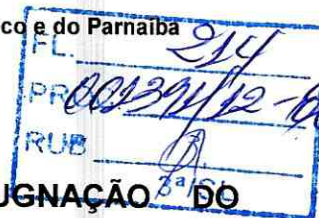
Informamos que, conforme o edital, o setor técnico competente da licitação e Assessoria Jurídica foram respectivamente consultados.

Petrolina-PE, 17 de dezembro de 2012.


PEDRO BEZERRA DE OLIVEIRA

Chefe da Secretaria Regional de Licitações

CODEVASF / 3.ª SR

**RELATÓRIO DE RESPOSTA AOS TERMOS DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 055/2012 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59530.001391/2012-86.****REFERENCIAIS:****EMPRESA IMPUGNANTE: CONSTRUTORA DE OBRAS PROGRESSO LTDA.****HISTÓRICO:**

Termos da impugnação remetidos e recebidos na Secretaria de Licitações da 3ª Superintendência Regional, na data de 12 de dezembro de 2012, cuja licitação tem abertura prevista para o dia 24/12/2012, às 09h30 (nove horas) horário de Brasília, portanto, tempestivo.

SITUAÇÃO EDITALÍCIA:

- 1) Licitação publicada na forma da lei 8.666/93, com prazo satisfatório para visitas técnicas e esclarecimentos;
- 2) Objeto: Execução dos serviços de pavimentação das principais vias do Projeto Senador Nilo Coelho, Trecho PV-01, Vila Km 25 (Maria Tereza) – acesso à Estrada do Pontal, com extensão aproximada de 17,72 Km, localizado no município de Petrolina no Estado de Pernambuco, na área de abrangência da 3ª Superintendência Regional da Codevasf;
- 3) Valor a licitar R\$ 9.251.018,34 (nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil, dezoito reais e trinta e quatro centavos);
- 4) Visitas e esclarecimentos vêm sendo cumpridos na forma editada;
- 5) Questionamentos levantados estão ora todos sendo respondidos por modo eletrônico nos endereços remetidos pelas guias de retirada dos licitantes e também disponibilizados no sítio institucional da Codevasf na internet;
- 6) Até presente momento 10 (dez) empresas demonstram interesse à licitação, com as devidas guias de edital enviadas;
- 7) Edital aprovado pelo jurídico da Codevasf e autorizado por sua Diretoria Executiva.

**DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS:**

Em síntese, argumenta a impugnante haver ferimentos à Lei de Licitações na exigência técnica do Edital, e se reportou ao fato de a licitadora ter exigido a apresentação em um único atestado, para a qualificação técnica. Afirma que fere ao caráter competitivo e participação de empresas interessadas. Afirma que a exigência do Edital impõe sérias restrições aos interessados, as quais não se ligam à finalidade precípua da Lei de Licitações – a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração – limitando entre as licitantes, e ainda, impõe pesado ônus ao licitante em ter que cumpri-la em momento que ainda não se tem certeza se efetivamente estará contratada, descumprindo o que determina § 1º art. 30 da Lei 8.666/93. Faz referências ao Art. 3º, caput, da Lei de Licitações, seu § 1º. Cita também trechos da doutrina de MARÇAL JUSTEN FILHO quanto à imposição de exigências e a definição de condições do “direito de licitar” **nunca** poderão ultrapassar o limite da necessidade. Alega ferimento ao princípio da legalidade, da isonomia entre outros. Destaca várias acórdãos e a Constituição Federal, artigo 37, XXI, e, por fim pede a extração, no ato convocatório, no subitem c.1 – do item 6.7.3 – Qualificação Técnica, onde é citado “deverão constar de apenas 01 (um) atestado”, tendo em vista a impossibilidade de limitar a quantidade comprobatória de atestados de capacidade operacional por item, salvo condição extraordinária. Pede a impugnação, para que seja então corrigido o Edital apontado na presente, e mais adiante, sendo diverso o entendimento desta Comissão Permanente de Licitação, seja a impugnação, juntamente com dossiê do processo, remetido à autoridade superior para análise e decisão final, em conformidade com o parágrafo quarto, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93. Destacou o item de Qualificação técnica do edital, o qual iremos transcrever, logo mais, abaixo.

DA CONSTESTAÇÃO PELA IMPUGNADA:

Transcrevemos os itens exigidos, na forma do edital, com identidade ao pedido da impugnante:

Qualificação Técnica

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) demonstrando sua habilitação legal para conduzir os serviços objeto do presente Edital;
- b) Declaração de Visita Técnica emitida pela Codevasf e assinada pela licitante, dando provas de que ela recebeu todos os documentos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, à luz do Art. 30 “caput” e Inciso III, da Lei 8.666/93, condição esta obrigatória à participação no processo licitatório, sob pena de desclassificação;
- c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado serviços

em obras de pavimentação asfáltica ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, considerando as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

- **Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria – 260.000,00m³;**
- **Compactação de aterro – 21.000,00m³;**
- **Execução de sub-base de solo estabilizado granulometricamente - 8.000,00m³;**
- **Execução de base de solo-brita - 9.000,00m³;**
- **Tratamento superficial duplo – 50.000,00m²;**

c1) Os quantitativos mínimos de cada item exigido, deverão constar de apenas 01 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de quantitativos (metro linear, metro quadrado ou metro cúbico) entre atestados para efeito de comprovação de qualificação técnica. É possível, porém, que a concorrente apresente atestados diversos para itens distintos. Por exemplo, um atestado comprovando compactação de aterro e outro comprovando a escavação. Ou até mesmo um atestado com um, dois, três ou quatro itens, ou um único atestado com todos os quantitativos. É facultada a juntada de quantos atestados queira apresentar desde que não haja soma de quantitativos entre atestados.

Os itens acima, acatados como de maior relevância técnica e valor significativo pela administração para esta licitação. Com relação ao item - **Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria – 260.000,00m³**, houve erro material na elaboração dos termos de referência e este mesmo erro acompanhou o edital, já que o primeiro atrela-se ao segundo. Então, por erro de uma casa decimal a mais, configurou-se 260.000,00m³, porém o correto é 26.000,00m³. Este caso requer apenas a correção deste item, o que não implica alteração dos valores do orçamento base da Codevasf, o que também não interfere na apresentação da proposta financeira, pois se trata de qualificação técnica. Ela será publicada a todos os disputantes, já conhecidos nos autos processuais, e divulgado no sítio institucional da Codevasf, e também a errata será publicada no Diário Oficial da União. Portanto, está a licitação devidamente aquilatada no seu grau de exigência, e no feito Legal.

Observando os referenciais do edital (acima) é possível inferir a condição de transparência, legalidade, publicidade e princípio de igualdade que é levada a efeito sumário e imperativo nas licitações realizadas pela Codevasf. A licitação foi amplamente divulgada, todo o período de esclarecimentos respeitado, com abertura nacional nos canais competentes do Diário Oficial da União, jornais de grande circulação nacional, estadual e regional, comprasnet, sítio da Codevasf na internet e quadros de aviso da empresa. Lendo o valor financeiro da licitação já se pode entendê-la de grande vulto. Esta grandeza se enraíza no portento técnico do empreendimento, de cunho social importante, de quando visa a buscar proporcionar qualidade melhor ao transporte e vias de tráfego de estradas de Perímetro de

Irrigação, com vistas ao suporte de logística para escoamento de produção agrícola de alto volume. O valor da licitação ultrapasse a cifra de nove milhões de reais. Portanto, vultosa. Consultando a legislação aplicada à matéria, esta mesma citada pela reclamante, vemos:

Os grifos e aspas são nossos:

Lei 8.666/93 - Inciso II do art. 30:



“Art. 30 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”

Mais adiante os §§ 2º e 3º dos mesmos artigo e diploma legal, asseveram, respectivamente: (os grifos e aspas são nossos):

“As **parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo**, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório”.

“Será sempre admitida a **comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**”.

Observada a legislação e confrontando aos fatos, tem-se com plenitude absoluta que o edital e a Codevasf somente exigem a essencialidade. A lei ordena as parcelas de maior relevância e de valor significativo, atestadas com **complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, como admitidas sempre.

Ora vejamos: requisitou-se a comprovação de execução de itens relevantes. Os órgãos de controle, salvo justificativa da autoridade superior da licitação, recomendam que sejam exigidos 50% (cinquenta por cento) de cada parcela considerada relevante tecnicamente e financeiramente. Para este caso, somente foram requeridos para cada item relevante em torno de 35% (trinta e cinco por cento) do montante. Portanto, não há nem de longe, sintoma de exagero. Ao contrário está por demais concedida a abertura à participação. Pedimos levar em conta o preço da licitação, o portento financeiro da obra, sua tecnicidade e as localidades a serem beneficiadas. Sem desejo de afrontar o impugnante, não estamos conseguindo nos sensibilizar ao seu pedido. A exigência em nada vem ferir a Legislação e tampouco privilegiar a quem quer que seja. Ao contrário, não tem qualquer caráter de frustrar ou impedir. É abrangente e suave e não obsta nenhum licitante de participar, em detrimento ao seu tamanho, desde que, se encontre em condições de disputar um certame em nível técnico, econômico, jurídico e financeiro do objeto a ser licitado e executado. Quanto ao somatório de atestados, é evidente que não faz sentido. Não quer dizer,

hipoteticamente, que uma empresa que haja executado em dez, vinte ou trinta obras diferentes, uma bagatela de um item relevante vá ter condição de executar o limite aqui requisitado. Exemplo: **Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria – 26.000,00m³**. Suponhamos que uma empresa tenha executado vinte e seis obras de 1.000,00m³, com vinte e seis atestados, para com a soma destes atestados possa chegar a comprovação do nosso mínimo exigido, possa executar uma obra com a complexidade desta, 26.000,00m³ de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria. E tem mais, o limite exigido de cada item é inferior a 50% (cinquenta por cento) daquele que efetivamente terá que ser executado. **Com relação à citação de atestado único, não se encontra verídico, pois é possível apresentar atestados distintos por item, bastando que contenha cada um deles o mínimo. Este mínimo é referente simplesmente às parcelas de maior relevância e valor significativo, tudo à luz da Lei.**

CONCLUSÃO:

Foi consultada a área técnica quanto aos termos da impugnação. **Serão juntados como anexo I, em arquivo digital**, cujos termos originais estão acostados aos autos, o teor da impugnação e a resposta da área técnica. É dever do gestor público zelar e primar pela segurança e aplicação eficaz dos recursos públicos. Deste modo, lhe é condição intrínseca nas licitações públicas selecionar a proposta mais vantajosa e segura à administração pública para realização dos contratos das suas obras, serviços e compras. O legislador corroborou com esta condição em estabelecer pelos ditames da Lei de Licitações 8.666/93 o nível de exigência para os quesitos de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômica financeira à participação nos procedimentos licitatórios. A Codevasf com base nos princípios constitucionais regradados, para estes casos, lastrou-se principalmente no art. 3º da Lei 8.666/93 e aplicou fortemente observância à isonomia, com estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório. Não guardam coerência com o edital e os esclarecimentos prestados, os argumentos tecidos pela reclamante, mormente tendo sido permitida a qualificação de apenas cerca de 35% de cada item relevante e é a mínima para monta do objeto licitado. Ademais, tem-se que a licitação é em nível nacional, iminente ao conhecimento de toda a nação, e a sua transparência nos canais de publicidade impede quaisquer intenções, até as mais mínimas imagináveis de privilégios. Assim sendo explicitamos:

- a) **Nada impede a participação de todos os interessados na licitação;**
- b) **Várias empresas expediram guia de retirada de edital, havendo boas probabilidades de competição, já colecionamos dez empresas interessadas;**
- c) **A reclamante foi devidamente esclarecida e nada a impede de apresentar sua proposta, a não ser as suas próprias limitações, caso as possuam, independentemente da sua interposição de impugnação;**
- d) **Entre as disputantes, somente duas intentaram contra o edital.**

Isto posto, só resta negar provimento ao pedido de impugnação da empresa **CONSTRUTORA DE OBRAS PROGRESSO LTDA.**, uma vez que o edital de licitação tem plenas condições de ser realizado, estas coroadas com o êxito do zelo à administração federal, agraciada nos termos da legislação vigente, e exaltada no teor deste documento.

Vai a presente submetida à apreciação da Autoridade Competente do Sr. Superintendente Regional, depois de referendado pela Assessoria Jurídica da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Petrolina-PE, 13 de dezembro de 2012.


PEDRO BEZERRA DE OLIVEIRA
CHEFE DA SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES
CODEVASF – 3ª SR




3ª/AJ, 13 de dezembro de 2012,

Referendamos o presente relatório, nos seus anexos e termos assentados pela Secretaria Regional de Licitações, da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.


LUZIA MARIA MARTINS DE ARAÚJO
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA
CODEVASF 3ª SR

3ª SR, 13 de dezembro de 2012,

Aprovo o presente relatório, em que se nega provimento à impugnação do edital 055/2012, imposta pela empresa **CONSTRUTORA DE OBRAS PROGRESSO LTDA.**


LUIZ MANOEL DE SANTANA
Superintendente Regional
CODEVASF

FL.	220
PR.	001394/2006
RUB.	3ª SL

A N E X O 1**ARQUIVO DIGITAL****- DO TEOR DA IMPUGNAÇÃO****- DA RESPOSTA DA ÁREA TÉCNICA**

**AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA SECRETARIA DE LICITAÇÃO – 3ª
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA - CODEVASF**

Objeto: Impugnação de Edital – Concorrência nº 055/2012;

A **CONSTRUTORA DE OBRAS PROGRESSO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.436.873/0001-00, situada na rua Júlio Rodrigues, 1001, Boa Passagem, Caicó/RN - CEP: 59300-000, neste ato representado pelo Sr. WHIGTEMBERG GOIS DE ARAÚJO, identidade nº 1496665 e inscrito no CPF nº 018.487.914-02, vem à presença de Vossa Senhoria, formular a presente **IMPUGNAÇÃO**, o que faz com fundamento parágrafo 1º, do art. 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas pertinentes à espécie, assim expondo e ao final requerendo o seguinte:

DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Estando prevista a abertura dos envelopes de habilitação para o dia 24 de dezembro de 2012, conforme informado no preâmbulo do EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº 055/2012 e considerando que a presente Impugnação está sendo formulado na conformidade do prazo estabelecido no § 1º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93, isto é, antes do segundo dia útil que antecede à data fixada para abertura dos envelopes, encontra-se a presente Impugnação perfeitamente interposta dentro do prazo legal estabelecido para tal:

" Art. 41...

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

Feita a consideração preliminar passa o signatário a questionar o mérito nos seguintes termos:



DOS FATOS E DA ILEGALIDADE

FL.	922
PRO	2013/12/26
RUB	34/01

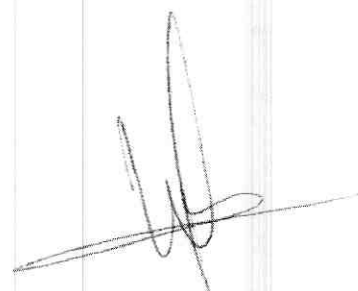
01. Essa d. entidade licitante, com o intuito de convocar todos os interessados em contratar com a essa Instituição Pública, publicou o edital que ora se impugna para que fosse dado conhecimento a todos das exigências e condições de participação no certame em referência. Sendo o objeto, ora licitado, para futura contratação trata-se do seguinte:

Execução dos serviços de pavimentação das principais vias do Projeto Senador Nilo Coelho, Trecho PV-01, Vila Km 25 (Maria Tereza) – acesso à estrada do Pontal, com extensão aproximada de 17,72 Km, localizado no município de Petrolina no estado de Pernambuco, na área de abrangência da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

02. A ora Impugnante é empresa que atua no ramo dos serviços que se deseja contratar há muitos anos, possuindo grande experiência, conhecimento e tradição nos serviços objeto da licitação em epígrafe. Por isso, tem profundo conhecimento nos percalços e soluções que surgem hodiernamente na execução dos mesmos.

03. Ocorre, que, conforme será visto detidamente nos tópicos seguintes, foram inseridas no edital indevidas exigências de ordem habilitatória para que as empresas possam participar da licitação em referência, de maneira que o edital impõe sérias restrições aos interessados, as quais não se ligam à finalidade precípua da Lei de Licitações - a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração - limitando a almejada concorrência entre as licitantes, e ainda, impõe pesado ônus ao licitante em ter que cumpri-la em momento que ainda não se tem certeza se efetivamente estará sendo contratada, descumprindo o que determina o §1º do art. 3º da Lei 8.666/93.

04. A Lei de Licitações, em seu art. 3º, caput, previu que a finalidade do certame é possibilitar à Administração Pública a escolha da proposta que lhe for mais vantajosa. Já o § 1º do mesmo artigo, determinou a proibição aos agentes públicos de admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que ... restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo ... **ou qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.**



05. Urge ressaltar, outrossim, que as decisões proferidas pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO têm efeitos cogente e vinculante para toda a Administração Pública, motivo por que ao administrador é defeso exarar ato administrativo de publicação e divulgação dos Editais de chamamento em contrariedade com os posicionamentos da Corte de Contas, sob pena de vir a ser responsabilizado pelos seus atos.

06. Assim nos ensina o eminente doutrinador pátrio MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pág. 196, 4ª edição, Aide RJ, 1996, expõe:

“Na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, estabeleceu-se que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei (art. 30, § 5º). Portanto, estão excluídas tanto as cláusulas expressamente reprovadas pela Lei nº 8.666 como aquelas não expressamente por ela permitidas.”

07. Colacionando, ainda, a doutrina de MARÇAL JUSTEN FILHO, no tocante a imposição de exigências e a definição de condições do “direito de licitar” **nunca** poderão ultrapassar o limite da necessidade, como bem expôs em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, págs. 180/181, 4a. edição, Aide, RJ, 1996, in verbis:

“Comprovação das condições do direito de licitar A Administração desconhece, nos momentos iniciais da fase externa da licitação, quem preenche (e quem não preenche) tais requisitos. O sigilo exige que, **num primeiro momento, toda e qualquer interessada seja admitida a participar da licitação. Nas fases posteriores da licitação, a Administração Pública promoverá as medidas necessárias à verificação e comprovação do preenchimento pelos licitantes dos requisitos necessários. (...)**

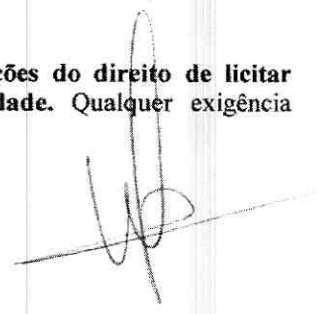
A habilitação o exame das condições do direito de licitar é denominado, usualmente, de ‘**habilitação**’. O vocábulo indica tanto a fase procedimental como a decisão proferida pela Administração. Na acepção de fase procedimental, a **habilitação consiste no conjunto de atos orientados a apurar a idoneidade e a capacitação de um sujeito para contratar com a Administração Pública.** Na acepção de ato administrativo, indica o ato pelo qual a Administração finaliza essa fase procedimental, decidindo estarem presentes as condições do direito de licitar.

(...)

Restrições abusivas ao direito de licitar A titularidade e a eficácia do direito de licitar não podem ser frustradas através da fixação de condições excessivas ou abusivas. A CF/88 determinou que somente poderiam ser permitidas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (art. 37, XXI). (...)

(...)

A imposição de exigências e a definição das condições do direito de licitar NUNCA poderão ultrapassar o limite da necessidade. Qualquer exigência



desproporcional ao conteúdo da contratação caracterizará meio indireto de restrição à participação - vale dizer, indevida restrição ao direito de licitar." (grifo nosso).

08. A não vinculação do edital às normas de licitação aplicáveis ao caso em espécie, ferem ao princípio da legalidade, da isonomia entre outros princípios basilares que regem o processo licitatório.



09. O item sob análise traz a seguinte exigência:

c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado serviços em obras de pavimentação asfáltica ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, considerando as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

- Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria – 260.000,00m³;
- Compactação de aterro – 21.000,00m³;
- Execução de sub-base de solo estabilizado granulometricamente - 8.000,00m³;
- Execução de base de solo-brita - 9.000,00m³;
- Tratamento superficial duplo – 50.000,00m²;

C1) Os quantitativos mínimos de cada item exigido, deverão constar de apenas 01 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de quantitativos (metro linear, metro quadrado ou metro cúbico) entre atestados para efeito de comprovação de qualificação técnica. É possível, porém, que a concorrente apresente atestados diversos para itens distintos. Por exemplo, um atestado comprovando compactação de aterro e outro comprovando a escavação. Ou até mesmo um atestado com um, dois, três ou quatro itens, ou um único atestado com todos os quantitativos. É facultada a juntada de quantos atestados queira apresentar desde que não haja soma de quantitativos entre atestados. (g.n.)

10. Ora, nobre Presidente, podemos até afirmar que seria impossível a participação de Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), por um motivo simples, tais empresa ao deter tais atestados não participariam mais com o benefício da Lei Complementar 123/06, pois, ultrapassariam o teto considerado naquele regramento complementar. Contudo, não vamos nos ater a tais divagações, contudo, vamos nos inserir propriamente no mérito da exigência acima exposta,

qual seja: "quantitativos mínimos de cada item exigido, deverão constar de apenas 01 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de quantitativos...".



11. A legislação afeta às licitações estabelece diretrizes, limitações e exigências relativas ao conteúdo dos atestados de comprovação de aptidão, mas silencia no tocante à quantidade de documentos necessários para se fazer tal prova.

12. Nesse contexto, pode-se dizer que o restringir a comprovação técnica através de um único atestado, cujos serviços não possuem dificuldades essenciais e não necessitam de conhecimento técnico especializado, e mais, focando a exigência muito mais na quantidade do que na comprovação da experiência em si, fere o preceito constitucional da isonomia, porque desigualdade injustamente concorrentes que apresentam as mesmas condições de qualificação técnica.

13. Não se pode inferir que um licitante detentor de um único atestado de aptidão é menos capaz do que o licitante que dispõe de dois, e vice-versa. Isto porque a capacidade técnica de realizar o objeto existe, independentemente do número de vezes que tenha sido exercitada, ou não existe. Ao fazer uma interpretação sistêmica dos normativos acerca do assunto, o Tribunal Contas da União tem entendido que a proibição de somatório de atestados é imprópria e injustificada. E ainda, em muitos casos em que a exigência de comprovação é feita através de um número mínimo de atestados, não atende aos ditames da lei e ao interesse a ser preservado nas licitações, e se é assim, para mais de um atestado, maior impropriedade pode ser tirada do ato que se exige a comprovação de capacidade através de único atestado. Tais entendimento podemos extrair dos seguintes julgados:

"Prestação de contas simplificada. Qualificação técnico-operacional:

1.6. Determinar ao Cade que:

1.6.5 abstenha de incluir em instrumentos convocatórios de licitações de prestação de serviços condições restritivas da participação de possíveis interessados, como cláusulas que vedem a possibilidade de somatório de atestados para comprovação de qualificação técnico-operacional e que exijam comprovação de quantitativos superiores à estimada na contratação, tendo em vista o art. 30 da Lei 8.666/93 e a sólida jurisprudência desta Corte (Acórdãos do Plenário 170/2007, 1390/2005, 1094/2004 e 1937/2003, Acórdão 2ª Câmara 2308/2007 e Decisões do Plenário 638 e 1288/2002);"
(AC-4255-38/08-2 Sessão: 21/10/08 Relator: Ministro AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI - TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS)

"ACORDAM (...) em:

(...)

9.2. determinar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do MME que :

(...)

9.2.6 abstenha-se de exigir, em futuras licitações, número mínimo e certo de atestados de capacitação técnica, ficando a critério do licitante apresentar qualquer quantidade capaz de comprovar a sua aptidão, conforme ocorrido na Tomada de Preços nº 08/97 - Processo nº 002.750/96-68."

(AC-0584-16/04-P Sessão: 19/05/04 Grupo: I Classe: I Relator: Ministro Ubiratan Aguiar - TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS)

"[...] a exigência de dois ou mais atestados de capacitação técnica, tal qual ocorreu no bojo do Concorrência n. 09/2000, conquanto não encontre respaldo legal, tem levado esta Corte a expedir determinações saneadoras aos órgãos e entidades que o fazem, quando não evidenciado direcionamento ou restrição à competitividade. A esse respeito, vêm à colação trecho da Proposta de Deliberação que proferi ao relatar o TC 000.773/2005-6 (Acórdão n. 571/2006 - TCU - 2ª Câmara):

14. Quanto à não-apresentação do mínimo exigido de três atestados de capacidade técnica, mais uma vez mostra-se imprópria a decisão do pregoeiro e a consequente homologação pelo ordenador de despesas. [...]. ...

14. Ora se é ILÍCITA porque exigir será afronta as determinações do Tribunal de Contas da União que como já trazido a baila têm efeitos cogente e vinculante para toda a Administração Pública?

15. A Lei de Licitações, ao contemplar a qualificação técnica dos licitantes, traduziu em seu artigo 30, a vontade do legislador de não impedir a participação de interessados que possuíssem capacidade e experiência anterior de objeto semelhante ao que é licitado. Ressalta-se que o Diploma Federal em momento algum permite que se inclua nos instrumentos convocatórios exigências de aptidão técnica restritivas à competição, conforme dispõe o art. 30, § 5º do citado diploma federal.

16. A exigência feita ao licitante, de apresentar quantidade mínima de atestados de capacidade técnica - p.ex.: "... no mínimo 02 ... 03 atestados" - é cláusula discriminatória à medida que obriga o participante a ter executado mais de uma vez um determinado fornecimento, obra ou serviço, ainda que demonstre sua aptidão e capacidade através de um único atestado.

17. Sob ângulo do PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, qualquer um que pretenda ingressar ao certame e possua aptidão técnica para o desempenho das atividades requeridas, poderá fazê-lo, independentemente, do número de atestados que possua. É um completo absurdo afirmar que um

licitante somente teria capacidade de executar um determinado objeto se já o tivesse realizada mais de uma vez. Não se trata de uma competição, simplesmente, para verificar se o licitante é detentor da maior quantidade de atestados; trata-se de certame licitatório que visa obter a proposta mais vantajosa à Administração, proveniente do participante que apresente afinidade com execução do objeto através de um ou mais atestados de capacitação.

18. O texto do artigo 30, § 1º, da Lei 8.666/93, ao se referir a "atestados", possibilitou a qualquer interessado a demonstração de sua capacidade por meio da apresentação de mais de um atestado para que, somados, pudessem evidenciar sua condição técnica. O termo no plural ("atestados") não restringiu a participação; ao contrário, ampliou o universo de competidores àqueles que não reúnem em um único atestado toda a qualificação técnica necessária à aferição de sua habilidade, podendo, através do permissivo legal, apresentar mais de um atestado para que, somados, possam demonstrar a aptidão técnica demandada.

19. A interpretação sistemática, ou seja, aquela que analisa o sistema normativo como um todo, deixa clara que a intenção do legislador ao se referir à palavra "atestados", no plural, foi a de ampliar o universo de competidores e, conseqüentemente, o caráter competitivo.

20. A Constituição Federal, artigo 37, XXI, impôs ao administrador o limite nas exigências de habilitação:

"XXI - ... as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública ... , o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".(grifo nosso)

21. Na mesma esteira, o Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul decidiu com muita propriedade:

"Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados." (RDP 14/240)

22. O licitante que apresentar 01 (um) atestado de qualificação técnica suficiente para comprovar sua aptidão supre a exigência de qualquer outro, pois, na forma da Carta Magna, o cumprimento da obrigação já estará garantido, sendo dispensável exigir-se mais um atestado ou certidão.

23. Na mesma propositura, o artigo 3º do citado diploma federal, dispõe:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifo nosso)

24. O Egrégio Tribunal de Contas da União já proferiu diversas decisões sobre o assunto, mas vamos transcrever apenas três delas:

DECISÃO TCU 351/2002 "Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, DECIDEM:

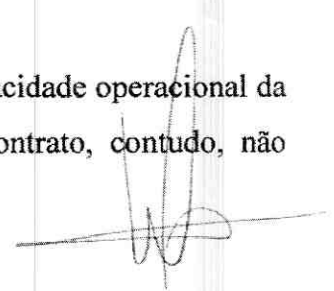
8.2 determinar à Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça que:

(...) b) observe o disposto no art. 30 da Lei de Licitações, abstendo-se de exigir número mínimo e/ou certo de atestados para comprovar aptidão técnica, bem como definindo no instrumento convocatório quais as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo;". (g.n.)

Acórdão nº 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012: É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica

25. Isto posto, a toda evidência, mostra-se ilegal e ilícito a cláusula editalícia que exige número mínimo de atestados de capacidade técnica.

26. É louvável a CODEVASF exigir quantidades mínimas para atestar a capacidade operacional da empresa, tudo no intuito de resguardar a efetiva realização do futuro contrato, contudo, não



apresentou qualquer elemento fático comprobatório da existência de especificidade no objeto licitado que justificasse a qualificação técnica somente ser feita mediante a apresentação de um único atestados de capacidade técnica.

27. A jurisprudência do TCU é assente no sentido de que a Administração Pública deve se abster de estabelecer número mínimo de atestados de capacidade técnica, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no Edital (Acórdãos ns. 3.170/2011, 1.948/2011, 534/2011, 1.557/2009, 2.143/2007, 1.341/2006 e 124/2002, todos do Plenário).

28. Neste sentido, não quer esta pretensa licitante em tumultuar o referido certame, mas participar do processo licitatório, sob análise, para tanto impugna os termos do edital, mormente o quantitativo mínimo exigido, tudo em consonância, com o Acórdão 342/2012 – TCU – Plenário, vejamos

29. Registre-se que a jurisprudência deste Tribunal é pacífica quanto à impossibilidade de limites de atestados ou certidões, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, salvo em situações especiais, como assegurar que a empresa contratada detenha o conhecimento técnico e a capacidade operacional inerentes à metodologia a ser aplicada (v. g., Acórdãos ns. 2.194/2007, 2.394/2007 e 1.417/2008, todos do Plenário).

DO DIREITO

51. Reputa-se que as determinações não comungam com disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, que determina que os processos licitatórios deverão permitir somente “as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

52. Segundo ressalta MARÇAL JUSTEN FILHO, “Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. (...) Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. Vale dizer, sequer se autoriza a

exigência de objeto idêntico” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 3^a ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 431).

53. Portanto, incontroversa se apresenta a tese que ora defendemos de que, as exigências retro mencionadas no Edital, visam tão somente a limitação de empresas que pretendem participar do certame, mesmo que estas tenham a mais completa aptidão para executar os serviços requeridos, conforme dito alhures, ainda que estas empresas comprovem sua competência através de execuções de serviços do objeto da presente Concorrência, ainda assim, estará fadada a se retirar do certame por não ter apresentado a garantia para participar do certame.

54. Como já se disse, a forma como o Edital da Concorrência nº 055/2012, foi redigido verifica-se preliminarmente o direcionamento para poucas empresas com possibilidade de participar do referido certame, quiçá uma possível Inexigibilidade vestida com requisitos para uma Concorrência e no mesmo sentido há a frustração dos prazos previsto na Lei de Licitações e Contratos.

55. Vale ressaltar, digníssima Secretaria, que no rol de documentos elencados na Lei de Licitação, objetivo e taxativo se fez o legislador, a fim de não expurgar do certame empresas que perfaçam *in totum* as exigências do corpo legal bem como estejam agindo de acordo com nossa Constituição Federal. Ademais, estas exigências já mencionadas, não passam de um meio camuflado frustrar a competitividade, deixando de fora empresas aptas e possuidoras de estrutura técnica comprovada de participarem do referido certame.

DO PEDIDO

54. Ante o exposto, a impugnante requer:

- Que seja extraído, do ato convocatório, no subitem c.1 – do item 6.7.3 – Qualificação Técnica, onde é citado “deverão constar de apenas 01 (um) único atestado”, tendo em vista a impossibilidade de limitar a quantidade comprobatória de atestados de capacidade operacional por item, salvo condição extraordinária;



- Assim, requer seja dado provimento a presente impugnação para que sejam **então corrigidos o Edital** apontado na presente, pois as ilegalidades apresentadas trarão máculas ao interesse público, redundando em decretação de nulidade de todo o certame e dos demais atos que a ele sucederem.

- Outrossim, sendo diverso o entendimento desta Comissão Permanente de Licitação, seja a impugnação, juntamente com dossiê do processo, remetido à autoridade superior para análise e decisão final, em conformidade com o parágrafo quarto, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

FL.	231
PRO	001394/12 - 06
RUB	3ª/SL

Caicó/RN, 05 de dezembro de 2012.


WHIGTEMBERG GOIS DE ARAÚJO
Diretor

CODEVASF

FL.	932
PP	00/394/12-86
RUB	3ª SL


À 3ª SL – 13/12/12

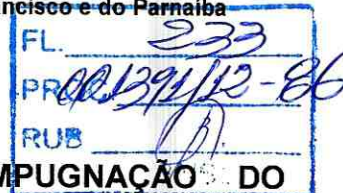
A empresa Construtora de Obras Progresso LTDA solicitou a retirada do Edital CN 55/2012 do item 6.7.3 – Qualificação Técnica - subitem c.1 no qual é citado "deverão constar de apenas 01 (um) único atestado.

Esclarecemos que na digitação do citado subitem, especificamente no que diz respeito aos serviços de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria ocorreu erro de digitação, constando no edital 260.000,00 m³, enquanto que o valor correto é 26.000,00 m³, correspondente a aproximadamente 35% do total a ser executado.

Dessa forma, esclarecemos não haver condições que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação em questão, pois os quantitativos solicitados para qualificação técnica não são superiores aos estimados para contratação.

Em vista do exposto, salvo melhor juízo, não vemos necessidade de retirada do citado subitem do ato convocatório, mas sim corrigidos os quantitativos de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para seu valor correto 26.000,00 m³ e dada a ciência para a Construtora de Obras Progresso LTDA e demais interessados na forma prevista na lei.


Giuliano Marcondes Ladeira
Chefe da 3ª GRD/UIP
CODEVASF – 3ª SR

**RELATÓRIO DE RESPOSTA AOS TERMOS DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 055/2012 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59530.001391/2012-86.****REFERENCIAIS:****EMPRESA IMPUGNANTE: SOLO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.****HISTÓRICO:**

Termos da impugnação remetido ao protocolo da Codevasf 3ª SR, Doc. Nº 611/212, em 12/12/2012 e recebidos na Secretaria de Licitações da 3ª Superintendência Regional, na data de 13 de dezembro de 2012, cuja licitação tem abertura prevista para o dia 24/12/2012, às 09h30 (nove horas) horário de Brasília, portanto, tempestivo.

SITUAÇÃO EDITALÍCIA:

- 1) Licitação publicada na forma da lei 8.666/93, com prazo satisfatório para visitas técnicas e esclarecimentos;
- 2) Objeto: Execução dos serviços de pavimentação das principais vias do Projeto Senador Nilo Coelho, Trecho PV-01, Vila Km 25 (Maria Tereza) – acesso à Estrada do Pontal, com extensão aproximada de 17,72 Km, localizado no município de Petrolina no Estado de Pernambuco, na área de abrangência da 3ª Superintendência Regional da Codevasf;
- 3) Valor a licitar R\$ 9.251.018,34 (nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil, dezoito reais e trinta e quatro centavos);
- 4) Visitas e esclarecimentos vêm sendo cumpridos na forma editada;
- 5) Questionamentos levantados estão ora todos sendo respondidos por modo eletrônico nos endereços remetidos pelas guias de retirada dos licitantes e também disponibilizados no sítio institucional da Codevasf na internet;
- 6) Até presente momento 10 (dez) empresas demonstram interesse à licitação, com as devidas guias de edital enviadas;
- 7) Edital aprovado pelo jurídico da Codevasf e autorizado por sua Diretoria Executiva.

FL.	234
PRO	001394/12
RUB	3ª/SL

DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS:

Em síntese, argumenta a impugnante haver ferimentos à Lei de Licitações na exigência técnica do Edital, enfocando o subitem 6.7.3. como a comprometer a legalidade do certame, restringindo o universo de possíveis competidores se reportou ao fato de a licitadora ter exigido a apresentação em um único atestado, para a qualificação técnica. Reclama que fere ao caráter competitivo e participação de empresas interessadas. Faz referências ao Art. 3º, da Lei de Licitações. Afirma: A experiência anterior que revela a qualificação técnica do licitante **não e ter prestado objeto idêntico** ao licitado, mas sim comprovar experiência com “características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação”. Confronta o volume pedido no item 6.7.3, ‘c’, **o edital exige 260.000,00** metros cúbicos, enquanto o valor que se chega é de **74.683** metros cúbicos, protesta que além disso é exigido em 01 (um) único atestado. Alega ofensa ao art. 30, § 1º da Lei 8.666/93 e restrição ao **princípio da competitividade**. Enfim, calca sua impugnação ao excesso cometido da exigência supracitada. Requer que seja acolhida a impugnação para ao final ser julgada procedente para que a Comissão de Licitação reveja a forma de apresentação da qualificação técnica operacional prevista no edital especialmente a alínea “c”, “c1” do item 6.7.3. do edital, ou que adote outro critério, prevalecendo assim o princípio da igualdade entre os licitantes e o melhor aproveitamento dos recursos e da competitividade. Pede deferimento.

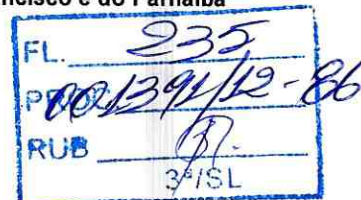
DA CONSTESTAÇÃO PELA IMPUGNADA:

Transcrevemos os itens exigidos, na forma do edital, com identidade ao pedido da impugnante:

Qualificação Técnica

- c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado serviços em obras de pavimentação asfáltica ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, considerando as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

- Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria – 260.000,00m³;
- Compactação de aterro – 21.000,00m³;
- Execução de sub-base de solo estabilizado granulometricamente - 8.000,00m³;



- Execução de base de solo-brita - 9.000,00m³;
- Tratamento superficial duplo – 50.000,00m²;

c1) Os quantitativos mínimos de cada item exigido, deverão constar de apenas 01 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de quantitativos (metro linear, metro quadrado ou metro cúbico) entre atestados para efeito de comprovação de qualificação técnica. É possível, porém, que a concorrente apresente atestados diversos para itens distintos. Por exemplo, um atestado comprovando compactação de aterro e outro comprovando a escavação. Ou até mesmo um atestado com um, dois, três ou quatro itens, ou um único atestado com todos os quantitativos. É facultada a juntada de quantos atestados queira apresentar desde que não haja soma de quantitativos entre atestados.

Os itens acima, acatados como de maior relevância técnica e valor significativo pela administração para esta licitação. Com relação ao item - **Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria – 260.000,00m³**, houve erro material na elaboração dos termos de referência e este mesmo erro acompanhou o edital, já que o primeiro atrela-se ao segundo. Então, por erro de uma casa decimal a mais, configurou-se 260.000,00m³, porém o correto é 26.000,00m³. **Este caso requer apenas a correção deste item, o que não implica alteração dos valores do orçamento base da Codevasf, o que também não interfere na apresentação da proposta financeira, pois se trata de qualificação técnica.** Ela será publicada a todos os disputantes, já conhecidos nos autos processuais, e divulgado no sítio institucional da Codevasf, e também a errata será publicada no Diário Oficial da União. Portanto, está a licitação devidamente aquilatada no seu grau de exigência, e no feito Legal.

Observando os referenciais do edital (acima) é possível inferir a condição de transparência, legalidade, publicidade e princípio de igualdade que é levada a efeito sumário e imperativo nas licitações realizadas pela Codevasf. A licitação foi amplamente divulgada, todo o período de esclarecimentos respeitado, com abertura nacional nos canais competentes do Diário Oficial da União, jornais de grande circulação nacional, estadual e regional, comprasnet, sítio da Codevasf na internet e quadros de aviso da empresa. Lendo o valor financeiro da licitação já se pode entendê-la de grande vulto. Esta grandeza se enraíza no portento técnico do empreendimento, de cunho social importante, de quando visa a buscar proporcionar qualidade melhor ao transporte e vias de tráfego de estradas de Perímetro de Irrigação, com vistas ao suporte de logística para escoamento de produção agrícola de alto volume. O valor da licitação ultrapasse a cifra de nove milhões de reais. Portanto, vultosa. Consultando a legislação aplicada à matéria, esta mesma citada pela reclamante, vemos:

Os grifos e aspas são nossos:

Lei 8.666/93 - Inciso II do art. 30:

“Art. 30 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”

Mais adiante os §§ 2º e 3º dos mesmos artigo e diploma legal, asseveram, respectivamente: (os grifos e aspas são nossos):

“As **parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo**, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório”.

“Será sempre admitida a **comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**”.

Observada a legislação e confrontando aos fatos, tem-se com plenitude absoluta que o edital e a Codevasf somente exigem a essencialidade. A lei ordena as parcelas de maior relevância e de valor significativo, atestadas com **complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, como admitidas sempre.

Ora vejam: requisitou-se a comprovação de execução de itens relevantes. Os órgãos de controle, salvo justificativa da autoridade superior da licitação, recomendam que sejam exigidos 50% (cinquenta por cento) de cada parcela considerada relevante tecnicamente e financeiramente. Para este caso, somente foram requeridos para cada item relevante em torno de 35% (trinta e cinco por cento) do montante.

Portanto, não há nem de longe, sintoma de exagero. Ao contrário está por demais concedida a abertura à participação. Pedimos levar em conta o preço da licitação, o portento financeiro da obra, sua tecnicidade e as localidades a serem beneficiadas. Sem desejo de afrontar o impugnante, não estamos conseguindo nos sensibilizar ao seu pedido. A exigência em nada vem ferir a Legislação e tampouco privilegiar a quem quer que seja. Ao contrário, não tem qualquer caráter de frustrar ou impedir. É abrangente e suave e não obsta nenhum licitante de participar, em detrimento ao seu tamanho, desde que, se encontre em condições de disputar um certame em nível técnico, econômico, jurídico e financeiro do objeto a ser licitado e executado. Quanto ao somatório de atestados, é evidente que não faz sentido. Não quer dizer, hipoteticamente, que uma empresa que haja executado em dez, vinte ou trinta obras diferentes, uma bagatela de um item relevante vá ter condição de executar o limite aqui requisitado. Exemplo: **Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria – 26.000,00m³**. Suponhamos que uma empresa tenha executado vinte e seis obras de 1.000,00m³, com vinte e seis atestados, para com a soma destes atestados possa chegar a comprovação do nosso mínimo exigido, possa executar uma obra com a complexidade desta, 26.000,00m³ de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria. E tem mais, o limite exigido de cada item é inferior a 50% (cinquenta por cento) daquele que efetivamente terá que ser executado. **Com relação à citação de atestado único, não se encontra verídico, pois é possível apresentar atestados distintos por item, bastando que contenha cada um deles o mínimo. Este**

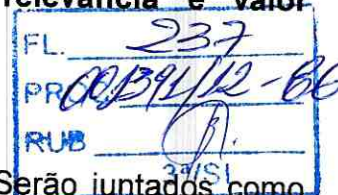
mínimo é referente simplesmente às parcelas de maior relevância e valor significativo, tudo à luz da Lei.

CONCLUSÃO:

Foi consultada a área técnica quanto aos termos da impugnação. Serão juntados como anexo, em arquivo digital, cujos termos originais estão acostados aos autos, o teor da impugnação e a resposta da área técnica. É dever do gestor público zelar e primar pela segurança e aplicação eficaz dos recursos públicos. Deste modo, lhe é condição intrínseca nas licitações públicas selecionar a proposta mais vantajosa e segura à administração pública para realização dos contratos das suas obras, serviços e compras. O legislador corroborou com esta condição em estabelecer pelos ditames da Lei de Licitações 8.666/93 o nível de exigência para os quesitos de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômica financeira à participação nos procedimentos licitatórios. A Codevasf com base nos princípios constitucionais regradados, para estes casos, lastrou-se principalmente no art. 3º da Lei 8.666/93 e aplicou fortemente observância à isonomia, com estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório. Não guardam coerência com o edital e os esclarecimentos prestados, os argumentos tecidos pela reclamante, mormente tendo sido permitida a qualificação de apenas cerca de 35% de cada item relevante e é a mínima para monta do objeto licitado. Ademais, tem-se que a licitação é em nível nacional, iminente ao conhecimento de toda a nação, e a sua transparência nos canais de publicidade impede quaisquer intenções, até as mais mínimas imagináveis de privilégios. Assim sendo explicitamos:

- a) Nada impede a participação de todos os interessados na licitação;
- b) Várias empresas expediram guia de retirada de edital, havendo boas probabilidades de competição, já colecionamos dez empresas interessadas;
- c) A reclamante foi devidamente esclarecida e nada a impede de apresentar sua proposta, a não ser as suas próprias limitações, caso as possuam, independentemente da interposição de impugnação;
- d) Entre as disputantes, somente duas intentaram contra o edital.

Destarte, só resta negar provimento ao pedido de impugnação da empresa **SOLO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.**, uma vez que o edital de licitação tem



plenas condições de ser realizado, estas coroadas com o êxito do zelo à administração federal, agraciada nos termos da legislação vigente, e exaltada no teor deste documento.

Vai a presente submetida à apreciação da Autoridade Competente do Sr. Superintendente Regional, depois de referendado pela Assessoria Jurídica da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Petrolina-PE, 13 de dezembro de 2012.


PEDRO BEZERRA DE OLIVEIRA
CHEFE DA SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES
CODEVASF – 3ª SR



3ª/AJ, 13 de dezembro de 2012,

Referendamos o presente relatório, nos seus anexos e termos assentados pela Secretaria Regional de Licitações, da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.


LUZIA MARIA MARTINS DE ARAÚJO
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA
CODEVASF 3ª SR

3ª SR, 13 de dezembro de 2012,

Aprovo o presente relatório, em que se nega provimento à impugnação do edital 055/20121, imposta pela empresa **SOLO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.**


LUÍZ MANOEL DE SANTANA
Superintendente Regional
CODEVASF

FL.	239
PP	001394/2-86
RUB	3ª/SL

A N E X O 1

ARQUIVO DIGITAL

- DO TEOR DA IMPUGNAÇÃO
- DA RESPOSTA DA ÁREA TÉCNICA

FL. 240
 PP. 00139/12-86
 RUB. 3º SL

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Ref. Edital nº 055/2012

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª./SR
 DOC. Nº 638733
 Recebido em 10/12/12
 Às 14 : 58 Hs
 Rúbrica: [Assinatura]

SOLO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.086.088/0001-55 com sede na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 4371, Sala 405 Edifício Bantu Center, Boa Viagem, Recife/PE, CEP.: 51.021-040, vem, respeitosamente à vossa presença, por seu representante legal abaixo assinado, para formular a presente **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Edital nº 055/2012, o que faz com fundamento com fulcro no art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes à espécie, expondo para ao final requerer o que se segue:

DOS FATOS

Em conformidade com o Processo Administrativo acima epigrafado foi aberta autorização para instauração de procedimento licitatório com vistas a selecionar a proposta mais vantajosa na contratação de empresa para contratação de **empresa para execução dos serviços de pavimentação das principais vias do projeto Senador Nilo Coelho, trecho PV-01, Vila Km 25 (Maria Tereza) - Acesso à estrada do Pontal, com extensão aproximada de 17,72 km, localizado no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, na áreas de abrangência da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF**, a serem executados no local acima citado.

Ocorre, contudo, que examinando criteriosamente o edital promulgado, objetivando a contratação dos serviços delimitados em seu objeto, a Impugnante constatou que o mesmo contém algumas exigências e **determinações que não só restringem o universo de possíveis competidores, como estão a comprometer a legalidade do certame, vejamos o item 6.7.3 do edital:**

6.7.3. Qualificação Técnica
 6) Atestados de capacidade técnica, em nome da empresa, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram

FL.	241
PE	001394/12-86
RUB	01
	3º/SL

executados, acompanhado das respectivas certidões de acervo técnico - CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado serviços em obras de pavimentação asfáltica ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, considerando as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

- # Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - 260.000,00m³;
- # Compactação de aterro 0 21.000,00m³;
- # Execução de sub-base de solo estabilizado granulometricamente - 8.000,00m³;
- # Execução de base de solo-brita - 9.000,00m³;
- # Tratamento superficial duplo - 50.000,00m².

c1) Os quantitativos mínimos de cada item exigido, deverão constar de apenas 01 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de quantitativos (metro linear, metro quadrado ou metro cúbico) entre atestados para efeitos de comprovação de qualificação técnica. É possível, porém, que a concorrente apresente atestados diversos para itens distintos. Por exemplo, um atestado comprovando compactação de aterro e outro comprovação a escavação. Ou até mesmo um, dois, três ou quatro itens, ou um único atestado com todos os quantitativos. É facultada a juntada de quantos atestados queira apresentar desde que não haja soma de quantitativos entre atestados."

A ilegalidade dos itens não pode subsistir sob pena de inviabilizar totalmente o certame, devendo esta dought comissão em ato de auto tutela proceder a retificação de parte do instrumento convocatório com base nos fundamentos a seguir aduzidos.

DOS FUNDAMENTOS

Encontra-se o procedimento de licitação previsto no **art. 37, XXI da Constituição Federal**, que assim dispõe:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (grifou-se)

FL.	242
PE	03/39/92-86
RUB	31
	3/SL

Em termos de legislação infraconstitucional, em nível federal, as licitações são reguladas pela Lei nº 8.666/93, com as alterações produzidas pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

A própria Lei nº 8.666/93, nos seguintes artigos, tratou de conceituar licitação, sendo seguida pelos ensinamentos doutrinários já vistos:

"Art. 3º - **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

Cabe à Administração prevenir e evitar a ocorrência de práticas irregulares, mediante exigências em Edital de todas as condições necessárias para a execução do objeto pretendido.

A qualificação técnica da forma que está prevista no edital certamente frustrará a participação de empresas, que detêm condições de cumprir o objeto, porém serão prejudicadas por tais exigências.

A qualificação técnica consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Ou seja, esta qualificação envolve a comprovação de que a sociedade empresária licitante, como unidade jurídica e econômica, é capaz de cumprir as obrigações oriundas de contrato cujo objeto é similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração.

A *experiência anterior* que revela a qualificação técnica do licitante **não é ter prestado objeto idêntico** ao licitado, mas sim comprovar experiência com *"características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação"*.

A indeterminação dos conceitos de *semelhança, maior relevância e valor significativo* conduz com frequência à estipulação de exigências aparentemente destinadas à contratação mais vantajosa, em ambiente equânime. As restrições que violam exatamente esse pressuposto de isonomia surgem a pretexto de selecionar o licitante que demonstre atividade idêntica ao objeto da licitação, notadamente em quantidade, como é o caso em discussão.

FL.	243
PR.	0137/12-86
RUB.	3/SL

Ainda, conforme se percebe no referido edital, o valor constante na planilha em seus itens 1.2.1/1.2.8, com relação à escavação, carga e transporte de material de primeira categoria, chega-se ao valor de **74.683** metros cúbicos. No entanto, no item 6.7.3, 'c', conforme já transcrito acima, **o edital exige 260.000,00** metros cúbicos, ocorrendo desta forma uma discrepância latente, sem qualquer justificativa, o que, evidencia a falta de competitividade, beneficiando determinadas empresas, o que é defeso pela Constituição Federal e pela Lei nº 8.666/93, conforme acima transcrito.

Além disso, no item 'c1', o Edital exige que a comprovação seja feita com apenas 01 (um) único atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante prestou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto do Edital, equivalentes em quantidades e características iguais ou superiores.

Já a norma contida no art. 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93, estabelece:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"

Extraí-se do supracitado artigo que a exigência legal consubstancia-se na comprovação, pelo licitante, de experiência na execução de serviço de características semelhantes às aquelas buscadas no contrato que será celebrado ao final da concorrência, especificamente com relação a quantidade exigida em um único atestado.

Assim, é cristalina a ilegalidade da exigência contida no edital no que concerne a obrigatoriedade de se comprovar serviços prestados semelhantes ao do edital em apenas um único atestado.

FL.	244
PP	00391/12-86
RUB	1
	3º/SL

Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.

De fato, a Lei permite a fixação da parcela de maior relevância e de valor significativo, mas, da forma como está sendo feita, ela fere completamente a Lei. A aplicação concreta do art. 30, § 1º, inc. I, da Lei 8.666/93, tem contribuído para consolidar os limites da exigência de "*experiência anterior*" como requisito de qualificação técnica em licitação.

Essa exigência constante do edital, além de ofensa ao disposto no art. 30, § 1º, I, da Lei 8.666/93, faz clara e incontestável restrição ao **princípio da competitividade**, pois limita o universo de licitantes de participar do certame, mas que, entretanto, comprovam já ter executado esse serviço.

Capacidade técnica não está ligada à quantidade, porque quantidade está ligada à capacidade operacional, o que a lei efetivamente não considerou como condição para participar de licitações, configurando claramente essa exigência em restrição ao universo de licitantes, e, portanto, em violação ao princípio da competitividade, porque impõe condições não previstas em lei.

As restrições que violam exatamente o pressuposto de isonomia surgem a pretexto de selecionar o licitante que demonstre aptidão específica de executar a obra ou prestar o serviço no tempo correto e com a qualidade adequada. No entanto, no presente caso, estipulações técnicas existentes no Edital são excludentes da competição; na prática transformando semelhança em identidade; maior relevância em absoluta; valor significativo em irrelevante.

Não se discute a exigência de atestados, contudo, do modo como está sendo exigida sua apresentação existe afronta ao princípio da proporcionalidade. E isso porque, no louvável intuito de obter melhores garantias para atingir os objetivos colimados pela Administração quando da execução de obras e serviços na área de engenharia, exige-se uma certificação não necessariamente eficaz, e, como antes se mencionou, nem será segura, sendo certo que uma empresa que presta serviço idêntico ao licitado poderá participar apenas de um lote, o que, reconhecidamente, acaba por restringir a competição, quando medidas outras de preservação do interesse público específico poderiam ser implementadas, com melhores resultados práticos, em benefício da sociedade.

FL. 245
PR. 001391/12-66
RUB. 01
3ª/SL

O art. 3º, §1º, inc. I, da Lei 8.666/93, impede a cláusula restritiva que frustre a competição e que privilegie licitantes em razão de qualquer "circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato".

Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia, pois prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração, impondo requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação adotando discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.

Tal exigência extrapola o entendimento do Colendo TCU, que já dispôs sobre a possibilidade de exigir quantitativos mínimos em atestados de comprovação da capacidade técnico-operacional (entendida como a capacidade da empresa em executar o serviço licitado) somente quando demonstrada a adequação e pertinência de tal exigência em relação ao objeto da licitação, e desde que indispensáveis ao cumprimento das obrigações, o que não ocorre quanto a alínea "c" do item 6.7.3.

Nesta esteira, ainda que fosse a alínea em comento totalmente proporcional e englobada no que determina o artigo acima citado, esta gera dúvidas com relação a sua maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, pois, conforme planilha orçamentária, o valor constante nas obras complementares do item 5.3 da planilha orçamentaria em comento totaliza R\$ 2.289.792,25 sendo 24,75% de toda a planilha orçamentaria é substancialmente maior do que todo o item '1' da mesma planilha. Desta feita, impugna-se o critério usado para determinar tal relevância, pois a competência discricionária da administração não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar.

Resta claro que a Licitante/Impugnante por já ter prestado serviço como ao licitado detêm toda qualidade/capacidade de participar por completo da licitação em comento, porém a exigência ora combatida impede a melhor contribuição para o processo licitatório.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que seja acolhida a presente impugnação para que a Comissão de Licitação reveja a forma de apresentação da qualificação técnica

FL.	246
PR	001394/12-86
RUB	3ª/SL

operacional prevista no Edital especialmente a alínea "c", "c1" do item 6.7.3. do Edital, ou que adote outro critério, prevalecendo assim o princípio da igualdade entre os licitantes e o melhor aproveitamento dos recursos e da competitividade.

Termos em que
Pede Deferimento
Petrolina/PE, 11 de dezembro de 2012.

SOLO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.

CNPJ sob o nº 07.086.088/0001-55
Luiz Claudio de Possídio Marques

Recebido pelo 3º. GB/CODEVASF
Em, 12 / 12 / 12 às 1500
Assinatura

CODEVASF

FL.	247
PRO	001391/12-86
RUB	3ª SL

À
3ª SL,

Encaminhamos o DOC Nº 611/2012, da Solo Construções, para instrução.

Em, 13/12/2012

Natércio Wier
Chefe de Gabinete
CODEVASF

RECIBO PELA 3ª SL

EM 13/12/2012 As 09:15hs

RUBRICA

Padrão de Rubrica do Chefe de Gabinete
do Departamento Regional de
Licitação - DRL

CODEVASF


FL.	248
PR.	00374/12-86
RUB.	3ª/SL

À 3ª SL – 13/12/12

A empresa Solo Construções e Terraplenagem LTDA solicitou a revisão do Edital CN 55/2012 do item 6.7.3 – Qualificação Técnica.

Esclarecemos que na digitação do citado subitem, especificamente no que diz respeito aos serviços de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria ocorreu erro de digitação, constando no edital 260.000,00 m³, enquanto que o valor correto é 26.000,00 m³, correspondente a aproximadamente 35% do total a ser executado.

Em vista do exposto, informamos a necessidade de correção do citado subitem do ato convocatório nos quantitativos de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para seu valor correto, 26.000,00 m³, e dada à ciência para a Solo Construções e Terraplenagem LTDA e demais interessados na forma prevista na lei.


Giuliano Marcondes Ladeira
Chefe da 3ª GRD/UIP
CODEVASF – 3ª SR